

José Nilo Bezerra Diniz.<sup>1</sup>

## **Introdução**

O mapeamento cartográfico da hinterlândia da África meridional foi tardio, mas uma vez iniciado, foi extremamente célere e rigoroso. No cenário internacional, junto às descobertas do diamante no Transvaal em 1867, do ouro na região do Rand em 1881 e das reservas de cobre na Rodésia e às expectativas de exploração rentável que delas se suscitaram, somaram-se a inserção da bacia do rio Congo na política diplomática europeia após a Conferência de Bruxelas e as disputas interimperiais que então se desdobraram (BRUNSCHWIG, 2013, pp. 19-20).

A investigação do mundo natural através de levantamentos botânicos, zoológicos, etnográficos, geográficos, dentre outros, foi de grande importância para o posterior domínio colonial da África, e muitas das expedições organizadas deixam entrever as disputas das potências imperiais por territórios. Em particular, o estudo da hidrografia acentuou ainda mais esse quadro. Para ficar em dois exemplos coetâneos: a expedição de Savorgnan de Brazza (1875-1878), que tinha por fito navegar o rio Ogowe até a sua nascente e tentar estabelecer contato com os chefes mais hospitaleiros ao longo do rio, a fim de encontrar um acesso que facultasse aos franceses as matérias primas do alto Congo; e a viagem de costa a costa de Henry Stanley (1874-1877), na qual navegou no escaler *Lady Alice* até a foz do rio Zaire <sup>2</sup>.

Após o reconhecimento da bacia hidrográfica do Congo, de seus tributários e das suas possibilidades de exploração, ambos os expedicionários iniciaram uma disputa de legitimação de posse da região, tendo como subterfúgio a assinatura de tratados – muitas

---

<sup>1</sup> Doutorando do programa de pós graduação em História da UFSC. Bolsista FAPESC. Email: jnilodiniz@hotmail.com

<sup>2</sup> Sobre a viagem de Brazza, conferir: (BRAZZA, 1992; BORY, 1890, p. 223). Já a viagem de Stanley, realizada sob os auspícios dos jornais *Daily Telegraph* e *New York Herald*, consistiu-se na exploração da bacia do Zaire por meio da navegação realizada em um barco desmontável em cinco sessões, possibilitando o seu desmanche em trechos não navegáveis, como rápidos e quedas. Cf.: STANLEY, 2007, pp. 35-39).

vezes contestáveis – com os chefes locais. Além da França e Bélgica, Portugal também reclamava os direitos sobre o baixo Congo (Zaire), apoiando-se na alegação de que detinha “direitos históricos” sobre a região.<sup>3</sup> Esta querela só cessaria em 1885, com a criação do Estado Livre do Congo na Conferência de Berlim, organizada para tratar do livre comércio deste rio<sup>4</sup>. Além do livre comércio na África Central, esta conferência acabaria por estabelecer novos parâmetros para a posse de um território ao exigir, por exemplo, sua ocupação efetiva, a criação de postos de civilização e o combate a escravidão<sup>5</sup>.

No âmbito da política externa, as outras potências acusavam a administração portuguesa de displicente e até compassiva à escravidão, mormente a Inglaterra, principal nação a levantar a bandeira abolicionista. Nesse aspecto, ficou espetacularmente conhecido as denúncias perpetradas pelo missionário David Livingstone.<sup>6</sup> Além disso, questionavam acerca das capacidades lusitanas de arcar com os custos necessários para civilizar suas colônias (ALEXANDRE, 2004, p. 974).

Internamente, após a perda inestimável da colônia americana, um potente mito pairava no imaginário português, fazendo com que as autoridades e a intelectualidade se agarrassem fortemente em suas colônias africanas. O mito da herança sagrada lusitana, a forte crença de que as colônias e os direitos históricos reclamados pelos portugueses estavam ancorados em esforços colossais dos antigos seus ancestrais quinhentistas e seiscentistas e de exploradores setecentistas, homens que na historiografia lusitana oitocentista, eram caracterizados como os grandes heróis míticos do passado glorioso.

---

<sup>3</sup> A ideia de que Portugal detinha direitos históricos sobre a África central não era nova, e se ancorava nas descobertas marítimas, no século XV, e em algumas investidas ao íntimo do continente nos séculos subsequentes. No entanto, como afirma Valentim Alexandre, estes argumentos ganharam mais densidade e melhor se difundiram entre as diversas camadas da população no último quartel do século XIX, com a emergência de um nacionalismo radical marcadamente imperialista. Cf: (ALEXANDRE, 2004, pp 972-973).

<sup>4</sup> Brazza assinou em 1880 o famoso tratado Brazza-Makoko que estendia a proteção francesa às regiões de Makoko e seus vassallos. Em 1882, Stanley utilizou-se da mesma estratégia de firmar acordos e passou a conceder a proteção em nome de Leopoldo II, então rei da Bélgica. Para a questão da disputa do Congo, vide: (WESSELING, 1998, pp. 83-147; WESSELING, 2009, pp. 368-372).

<sup>5</sup> Entenda-se por ocupação efetiva a inserção compulsória dos estados e reinos africanos à lógica capitalista exportadora e a exploração dos recursos naturais.

<sup>6</sup> Especialmente em (LIVINGSTONE, 1865; LIVINGSTONE, 1859).

Entre os mais eminentes, destacavam-se Diogo Cão e sua presença no Zaire e Lacerda e Almeida, que faleceu ao tentar atravessar a África em 1798 <sup>7</sup>.

Já na África, o real domínio português era incipiente e por vezes descontínuo, pois dependia da delicada negociação com os régulos e chefes locais. O território era assentado em uma rede de caminhos de terra, assessorada por alguns presídios dispersos que conectavam os sertões do interior com os centros litorâneos, muitos deles formados pela parceria luso-africana em torno do infame comércio de escravos, posto que prenhes de óbices.

### **Viagens científicas de exploração à África**

Foi nessa arena de disputa pelo território da África centro-meridional que foi fundada a Sociedade de Geografia de Lisboa em 1875. Desde sua fundação foi patente o interesse da SGL em atuar na produção de conhecimentos acerca da porção Centro-Austral do continente africano, região onde se concentrava as duas principais possessões portuguesas, Angola e Moçambique. A forte aliança entre essa sociedade científica lisboeta e a colonização da África pode ser percebida na fundação de uma pasta interna específica para discutir essas questões já em 27 de março de 1877. Tratava-se da Comissão Nacional Portuguesa de Exploração e Civilização da África, simplesmente conhecida como Comissão Africana (GUIMARÃES, 1984 p. 34). Esta comissão tinha como escopo discutir e fomentar projetos colonizadores que assegurassem o desenvolvimento das possessões portuguesas neste continente, bem discutir no âmbito internacional, a legitimidade lusa sobre essas regiões.

Nesse sentido, a criação de expedições científicas de exploração tinha um papel central, pois serviriam para produzir um saber segundo os cânones da ciência e com validade também no campo político e diplomático. Por isso, em 16 de outubro de 1876, mesmo antes da criação da Comissão Africana, o presidente da sociedade, Visconde de S. Januário, juntamente com os secretários, Luciano Cordeiro e Rodrigo Pequito, exortaram o rei sobre a importância de amealhar recursos em diferentes âmbitos para realizar uma expedição científica integralmente portuguesa. Segundo os autores, a nação portuguesa, que há séculos, descobriu e percorreu os sertões africanos, não poderia ficar

---

<sup>7</sup> Sobre a ideia de que Diogo Cão teria reclamado o rio Zaire ao rei de Portugal ver (CAPELO, IVENS, 1886. Vol. 1, pp. 21 a 37).

indiferente ao crescente interesse de sociedades geográficas da Inglaterra, Alemanha, França e Itália em perscrutar a hinterlândia da África.<sup>8</sup>

Em outro apelo, agora elaborado pela Comissão Central Permanente de Geografia, Luciano Cordeiro e seus pares se queixam de que o conhecimento prático dos portugueses tem sido sistematicamente desconsiderados pelo conjunto de exploradores modernos, embora “será difícil dizer qual o lago, rio ou outro lugar assinalados pelos descobridores modernos nas vastas bacias dos rios africanos, o Nilo, o Zaire e o Zambeze, de que não existam indícios mais ou menos certos indicados primeiros pelos viajantes ou colonos portugueses”<sup>9</sup>.

O mesmo diagnóstico, fora dado anos antes pelo experiente sertanejo Silva Porto, ao encontrar-se com o explorador e missionário inglês, David Livingstone, na corte do Barotze em 1853. Em um pequeno opúsculo dirigido ao combate daquilo que o sertanejo considerou injusto, ou difamatório a seu respeito na obra de Livingstone, afirma que “outro tanto não direi da situação geographica dos logares aqui indicados, atendendo a que não são marcados com a bussola, mas sim segundo a posição em que nasce e se põe o sol” (PORTO, 1891, p. 8). Sem dúvida, Silva Porto percebera o enorme fosso que separava os seus mais de quinze anos de tirocínio, percorrendo e negociando por todo o sertão da África Centro-Austral, dos equipamentos geodésicos, mapas, cartas e outros instrumentos com os quais o britânico seguia munido.

Urgia, pois, que os próprios portugueses se lançassem também nessa corrida exploratória. Assim, a partir de 1877, a Sociedade de Geografia de Lisboa irá não só levantar capital humano, técnico e financeiro para a concretização dessas explorações, mas também funcionará como uma “central de cálculo”, para usar uma conceituação de Bruno Latour.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> Exploração Portuguesa à África Central. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Tipografia de Christovão Augusto Rodrigues, 1877, pp. 19-23.

<sup>9</sup> Exploração Portuguesa à África Central. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Tipografia de Christovão Augusto Rodrigues, 1877, pp.23-27.

<sup>10</sup> Para Bruno Latour, “construir centros implica trazer para eles elementos distantes - permitir que os centros dominem a distância -, mas sem trazê-los “de verdade” - para evitar que os centros sejam inundados. Esse paradoxo é resolvido criando-se inscrições que conservem, simultaneamente, o mínimo e o máximo possível, através do aumento da mobilidade, da estabilidade ou da permutabilidade desses elementos. Essas “centrais de cálculo” seriam, assim, os cerne de uma extensa rede de conhecimento. Para elas, direcionar-se-ia uma infinidade de inscrições em forma de amostras, observações, dentre outras, a fim de serem debatidas e estudadas em um ambiente controlado. Cf: (LATOUR, 2000, p. 396).

Interessa à discussão aqui travada duas grandes expedições encabeçadas pela SGL que percorreram parte da porção meridional de Angola, sobretudo as terras o alto Cunene e as terras entre os rios Cubango e Cuando. A primeira delas foi chefiada por dois oficiais da marinha, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, e por oficial do exército, Alexandre de Serpa Pinto. Seus trabalhos tiveram início em 1877, na cidade de Benguela, de onde seguiram juntos até o Bié e depois cindiram-se em duas expedições: Serpa Pinto seguiu o curso do oriente até chegar no oceano Índico, em Durban, cidade da colônia britânica do Cabo, em 1879; por sua vez, Capelo e Ivens mativeram-se fieis às orientações aprovadas na sessões da SGL e percorreram a hiterlândia da África Central sem, entretanto, tentarem a travessia. A segunda expedição, que teve início em 1884, contou apenas com os dois oficiais da marinha e chegou ao fim um ano depois após uma travessia continental.

Ao mesmo tempo em que a hiterlândia passa a ser cortada em todas as direções por exploradores ávidos em preencher os últimos espaços em branco nos mapas africanos, e que uma infinidade de informações é produzida, a visão dos viajantes exploradores tendem a reificar os sujeitos, seja pela descrição etnográfica, seja pela busca de traços diacríticos em seus desenhos. Tendem a ser intemporal, pois por onde passam os exploradores, suas descrições definem paisagens imóveis – humanas, visuais, sonoras – e fora do tempo; suspendem a dinâmica histórica dos inúmeros grupos, as vicissitudes do espaço circundante.

Para ficar em dois exemplos, basta observar as cartas topográficas elaboradas por Capelo e Ivens durante a sua segunda expedição e o rigor com que traçam, muitas vezes, o curso de rios intermitentes, mololas,<sup>11</sup> e pequenas lagoas, tornando presente uma paisagem sazonalmente ausente. O mesmo ocorre ao tentarem fixar com precisão algumas das populações do sul de Angola, pois, em que pese a presença de uma organização política centralizada, tem como traço distintivo a transumância, como é o caso dos reinos Cuamato e Cuanhama.

---

<sup>11</sup> A molola é uma depressão do terreno que recebe água durante a estação chuvosa, não se constituindo porém em um leito de rio ou ribeiro. Segundo Capelo e Ivens (1886, p. 261), as extremidades das mololas tem distante conexão com a margem de alguns rios, notadamente o Cunene e o Cubango, de modo que quando estes alcançam uma maior elevação durante o período de chuvas derivam suas águas para a entrada da molola, acumulando-as após o declive do nível da corrente.

Não obstante, uma leitura mais atenta das narrativas de viagens permite dirimir essa visão estática presente em sua cartografia. Os próprios embaraços e limitações dos autores são indicativos de uma dinâmica dificilmente apreensível durante sua efêmera passagem pelos sertões. Por isso, buscar-se-á confrontar as descrições desses modernos exploradores com os diários do sertanejo Silva Porto, com vistas à perceber a capacidade transformadora africana, quer em sua relação com a natureza, quer socialmente, após a maior integração com o comércio de longa distância.

### **No Eldorado do marfim**

Durante a segunda metade do século XXI, os comerciantes do Bié viram despontar um novo e rico mercado de marfim. As reservas na região do Barotz foram incorporadas ao comércio por volta dos anos de 1840 e, pelo até 1860, os comerciantes sertanejos luso-africanos detinham o monopólio nesse Eldorado do marfim. Seu comércio provocou inúmeras transformações em toda a África central. No tocante às mudanças da relação com o ambiente, é notável o caso dos “casséqueres” (Khoesan). Ao cruzar com membros deste grupo, Serpa Pinto coloca-os no estágio mais primitivo e imóvel que se pode imaginar e em seguida afirma que “são os verdadeiros selvagens da África tropical do sul, os outros povos podem ser chamados de bárbaros” (PINTO, 1881, p. 281). Coabitando com os Ambuelas no vasto território que se estende entre os rios Cubango e Cuando, ainda segundo o autor, não conheciam qualquer tipo de comércio, exceto quando a fome grassava e os obrigava a permutar marfim e cera com os Ambuelas.

Fora da terra dos Ambuelas, próximo às margens do rio Caculovar, nas terras do Humbe, impressão muito semelhante tiveram Capelo e Ivens ao encontrar com “casséqueres” que transitavam pela região. Os autores afirmam que eles “vivem nos recônditos dos bosques, em míseras cubatas; a sua alimentação consiste no mel e na carne; o seu maior prazer é o isolamento!” (CAPELO; IVENS, 1886, p. 207). Na descrição que se segue, mais uma vez, prevalece uma visão estática e atemporal dos bosquímanos.

Bem diferente é a visão de Silva Porto, que por ter contato com os “casséqueres” ao longo de muitos anos, pôde perceber transformações provocadas pela abertura do comércio de longa distância. Segundo os diários do portuense, os integrantes dos grupos bosquímanos desconheciam o valor de recurso natural do marfim até a abertura do comércio de longa distância com o Barotze em 1845, de modo que coletavam a carne dos

animais abatidos, porém não suas presas. Três anos depois, Silva Porto relata em seu diário que os encontrou “com grande provimento de carne de três elefantes e abundância de mel, que o povo da caravana comprou por missangas e tabaco, fazendo grande provisão de ambos os objectos. O chefe dessa gente nos fez presente dos dentes dos citados animais” (PORTO, 1986, pp. 335).

O afã dos sertanejos por peles, penas de avestruz e, sobretudo, marfim podem ter modificado a relação que esses habitantes tinham com a atividade cinegética. O aparecimento de rotas concorrentes de bôeres vindas do Khalarrari a partir da década de 1860 (PORTO, 1986, pp. 117-132) também pode ter impulsionado essa mudança de relação com o ambiente.

No caso português, vale ressaltar que a busca por tal recurso natural foi profundamente impactada pelo fim do monopólio régio em 1834. Os preços que até então eram mantidos virtualmente baixos nos principais portos de Angola passaram a subir exponencialmente, bem como o seu volume de exportação (DIAS; ALEXANDRE, 1998, p.382). Para que se tenha uma ideia, as exportações de marfim a partir de Luanda subiram de 3.000 libras em 1832, para 105.000 libras em 1844, apenas dez anos após a queda do monopólio (DELGADO, 1940, pp. 111-112).

Ainda segundo as narrativas de Silva Porto, pode-se depreender que outros grupos foram muito hábeis em negociar e se adaptar aos lucros advindos do comércio do marfim. Os caçadores Quioco reconheceram muito cedo o valor que passou a ser atribuído às presas de elefante pelos sertanejos, bem como pelo Muatianvua, a quem eram devedores de tributos. Em seu opúsculo, Silva Porto afirma que a guerra perpetrada pelos Quioco ao paquiderme levou à fuga em massa das manadas, pelo que os caçadores passaram a adentrar territórios alhures, “ficando o caçador com o dente esquerdo e dando o direito ao senhorio em cujo domínio era morto o elefante” (PORTO, 1891, p. 44). Segundo Juliana Ribeiro da Silva (2008, p. 131), a partir de 1850, este povo começou a subir para o norte seguindo as manadas até a margem direita do rio Kwango. Não é absurdo imaginar, no entanto, que nem sempre esse acordo tenha sido respeitado, gerando graves conflitos.

### **No universo pastoril**

Não obstante, nem todas as manadas se embrenharam na floresta tropical. Parte delas deve ter migrado rumo ao ocidente, refugiando-se nas terras sob domínio dos Humbe, como é possível inferir a partir da descrição de Capelo e Ivens. Ao transitarem pelas terras do sul de Angola em 1885, os viajantes descreveram o território Humbe como uma verdadeira arca de Noé, cuja profusão da fauna bravia já começava a atrair célebres caçadores, como Axel Wilhelm Eriksson, bem como os bôeres que há pouco haviam alcançado e se estabelecido em Humpata, no planalto de Huíla.<sup>12</sup> Segundo os autores, a razão para a existência dessa reserva de caça “tão próximo da residência do homem, consiste em dois factos especiaes: a natureza das florestas, exclusivamente compostas em grandes zonas do espinheiro, o que as torna impenetráveis, e a abundância dos gados, fazendo com que o indigena pouco ou nada pense em caçar” (CAPELO; IVENS, 1886, p. 209).

Mesma impressão tivera o sertanejo Brochado quarenta anos antes. Ao que parece, coube a este comerciante e seus encarregados, a integração dessa porção meridional da Angola hodierna ao comércio de longa distância, durante a década de 1840 (PORTO, 1986, p. 372). Como um comerciante do sertão, Brochado possuía especial interesse na produção de marfim, pelo que afirma: “há ali grande abundancia de elefantes, de maneira que se tal gente fosse dada à vida de *caçador*, aquelas terras se tornariam de mais comércio de marfim; porém é vida pela qual não trocam a de pastor” (BROCHADO, 1867, p. 189).

A predileção desses pastores pelo gado bovino parece ter facilitado a coabitação entre as espécies selvagens e a animália doméstica, desde que aquelas não ameaçassem a pastorícia. Grandes predadores e animais peçonhentos podem ter sido vistos com menos desdém por parte dos Humbe. A atenção era redobrada no período de estiagens, pois os pontos de aguadas e margens dos rios Caculovar e Cunene eram simultaneamente visitados pelos rebanhos e pela fauna bravia sedenta. Nesse período, os Humbe preparavam armadilhas terrestres em forma de grandes fossos cobertos com madeira e capim, a que chamavam de *mahinas* (BROCHADO, 1867, p.189).

---

<sup>12</sup> Desde agosto de 1878 que um *trek* bôer negociava com o Cônsul-geral de Portugal no Cabo a possibilidade de se instalar no planalto da Huíla, o que veio conseguir dois anos depois, após o enfrentamento direto com o soba do Humbe (PÉLISSIER, 2013, pp. 144-148).



Porém, em termos de perda do cabedal, quer por mortes quer por competição ecológica, estes animais selvagens não constituíam a maior preocupação. É revelador, nesse sentido, a impressão tomada pelo setanejo Brochado, que percebe a disputa pelo gado entre os Humbe, aquém-Cunene, e os Kwanhama, além-Cunene.<sup>13</sup> O autor afirma que as razias e disputas de gado se davam geralmente nos meses mais secos, entre julho e dezembro, pois o baixar das águas do rio Cunene possibilitava a travessia a pé em determinados trechos, sendo o momento mais oportuno para as incursões dos Kwanhama (BROCHADO, 1867, p. 188). A competição pelos rebanhos entre esses dois grupos foi algo constante durante e serviu como uma das principais justificativas para a efetiva ocupação do território por parte do governo português entre 1890 e 1914 (PELLISSIER, 2013).

Outro fator de grande morticínio do gado e que atingia não somente os Humbe, mas todos os grupos do universo pastoril do planalto sul de Angola, foi a propagação de uma doença infectocontagiosa cognominada de *caonha*. A disseminação dessa peripneumonia pela África austral foi atribuída por Capelo e Ivens (1886, p. 235) ao viajante explorador James Chapman, que teria levado um gado contaminado durante sua primeira viagem ao lago N'gami, em 1854. De fato, Chapman menciona em seu relato do pavor gerado entre os Nama e territórios circunvizinhos pela grande mortandade causada pela pneumonia sobre o gado recém infectado (CHAPMAN, pp. 433-434).

### **Considerações finais**

A incorporação do planalto sul de Angola pelas caravanas de longa distância a partir da segunda metade do século XIX transformou profundamente as relações de poder, a paisagem, as formas de integração entre os diversos grupos, dentre outros. A breve leitura proposta neste trabalho indicou o protagonismo africano nessas mudanças, não percebendo suas ações apenas como uma resposta automática ao estímulo europeu. O caso da ressignificação cultural sobre o marfim e da modificação da paisagem em decorrência da caça ao elefante foram aqui apresentados como exemplos da capacidade transformadora dos grupos da porção meridional de Angola.

---

<sup>13</sup> A designação aquém e além Cunene aparece na documentação coeva para distinguir o médio curso do rio, sendo *aquém* a margem direita, portanto o oeste; e *além* a margem esquerda, o leste.

A leitura das narrativas de sertanejos e exploradores, indicou-nos que diferentes grupos tomaram escolhas diversas frente à demanda comercial dos centros de Angola. Com a chegada dos comerciantes, importantes agentes sociais, alguns grupos, como os Quioco foram muito hábeis em negociar e atender às demandas dos sertanejos, de modo que em um curto prazo de tempo acumularam armas de fogo modernas, e puderam desequilibrar antigas relações de força que mantinham com o império da Lunda.

Enquanto isso, os Humbe, principal grupo do universo pastoril, não se transmutaram em exímios caçadores, nem abandonaram a pastorícia apenas para suprir o desejo dos negociantes do mato. Por isso, Elisete da Silva (2003, p. 15) afirma que mesmo durante o período colonial “a comercialização plenamente voluntária de gado nunca correspondeu à maciça procura europeia”. Esse e outros grupos do universo agropastoril permaneceram negociando os couros e parte do gado que possuíam sem aderir integralmente à lógica de mercado, buscando um difícil equilíbrio entre suas necessidades por bens de consumo e de uso e à demanda por gado das zonas centrais, notadamente Moçâmedes e Benguela.

## Fontes

BRAZZA, Pierre Savorgnan de. **Au cœur de l’Afrique: vers La Source des grands fleuves (1875-1877)**. Paris: Phébus, 1992.

BROCHADO, Bernardino José. Descrição das terras do Humbe, Camba, Mulondo, Quanhama, e Outras [...] — 1850, **Annaes do Conselho Ultramarino: parte não oficial**. Lisboa, 1ª série, 1867, pp. 187-197, 203-208.

CAPELO, Hermenegildo; IVENS, Roberto. **De Angola à Contracosta: descrição de uma viagem pelo continente africano**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886.

\_\_\_\_\_. **De Benguella às terras de Iácça: Descrição de uma viagem na África central e ocidental**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.

CHAPMAN, James. **Travels in interior of South Africa**. Londres: Willian Clowes and sons, 1868.

LIVINGSTONE, David. **Livingstone's travels and researches in South Africa: including a sketch of sixteen years' residence in the interior of Africa, and a journey from the Cape of Good Hope to Loanda on the west coast, thence across the continent, down the river Zambesi to the eastern ocean**. Filadelfia: G. G. Evans, 1859

\_\_\_\_\_. **Narrative of an expedition to the Zambesi and its tributaries; and of the discovery of the lakes Shirwa and Nyassa (1858-1864)**. Londres: John Murray, 1865.



PINTO, Alexandre de Serpa. **Como eu atravessei a África do atlântico ao mar índico, viagem de Benguella à contra-costa, a-travès regiões desconhecidas; determinações geográficas e estudos ethnographicos.** Londres: Sampson Low, Marston, Searle e Rivington editores, 1881. 2 vol.

PORTO, António Francisco Ferreira da Silva. **Viagens e apontamentos de um portuense em África:** diário de António Francisco Ferreira da Silva Porto. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1986. Introdução e notas de Maria Emília Madeira Santos.

\_\_\_\_\_. **Silva Porto e Livingstone.** Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1891

### **Bibliografia**

ALEXANDRE, Valentim. O Império português (1825-1890): ideologia e economia. **Análise Social**, vol. XXXVIII, Lisboa, 959-979, 2004, pp 972-973.

BORY, Paul. **Les explorateurs de L'Afrique.** Tours: Alfred Mame et Fils, 1890.

BRUNSCHWIG, Henri. **A partilha da África negra.** São Paulo: Perspectiva, 2013. 2ª edição.

DELGADO, Ralph. **A famosa e histórica Benguela:** catalogo dos governadores (1779-1940), Lisboa: Edições Cosmos, 1940.

FREUDENTHAL, Aida. Voz de Angola em tempo de Ultimato. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, ano 23, nº1 135-169, 2001.

GUIMARÃES, Angela. **Uma corrente do colonialismo português:** a Sociedade de Geografia de Lisboa (1875-1895). Lisboa: Livros horizonte, 1984.

LATOURE, Bruno. **Ciência em Ação:** como seguir cientistas e engenheiros sociedade a fora. Tradução de Ivone Benedette. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MÚRIAS, Manuel. **Travessia da África.** Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1936.

PÉLISSIER, René. **História das campanhas de Angola.** Lisboa: Editora Estampa, 2013, Vol. 2

SANTOS, Maria Emília Madeira. **O estudo da hidrografia numa região de civilizações de terra, a África Austral.** Coimbra: Coimbra editora, 1985.

\_\_\_\_\_. **Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África.** Lisboa: Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1978.

\_\_\_\_\_. **Perspectiva do comércio sertanejo do Bié na segunda metade do século XIX.** Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1981.

SANTOS, Maria Emília Madeira. Em Busca dos sítios do poder na África centro-ocidental: homens e caminhos, exércitos e estradas (1843-1915). In: HEINTZE, Beatrix



(org.). **Angola em Movimento**: vias de transporte, comunicação e história. Frankfurt: Lembeck, 2008, pp. 32-37;

SILVA, Elisete Marques da. **Impactos da ocupação colonial nas sociedades rurais do sul de Angola**. Lisboa: CEA, 2003.

SILVA, Juliana Ribeiro da. **Homens de ferro**: Os ferreiros na África central no século XIX. 2008. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

STANLEY, Henry Morton. **Através do continente africano**. Mem Martins: Gráfica Europam, 2007.

WESSELING, Henry. **Dividir para dominar**: a partilha da África (188-1914). Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora Revan, 1998.

WESSELING, Henry. **Les Empires Coloniaux europeens (1815 – 1919)**. Paris: Gallimard, 2009.